

# PEREGRINOS E VIAJANTES NO NORTE DE PORTUGAL

## AS ESMOLAS DISTRIBUÍDAS PELA ORDEM TERCEIRA FRANCISCANA DE BRAGA AOS IRMÃOS «PASSAGEIROS» (1720-1816)\*

JULIANA DE MELLO MORAES\*\*

**Resumo:** Durante o período moderno muitas pessoas estiveram em Braga como viajantes ou peregrinos. Nesta cidade eles encontravam diversas instituições, algumas auxiliavam materialmente e espiritualmente os viajantes. Este é o caso da Ordem Terceira de São Francisco. A partir dos registros contábeis efetuados pela Ordem Terceira foi possível detectar a doação de esmolas a viajantes e peregrinos, o que permitiu analisar o volume e o ritmo das doações e algumas características daqueles que recorreram à associação franciscana em busca de auxílio. Também, as disposições normativas a respeito dessa atividade, a distribuição de esmolas, e a sua gestão pelos irmãos terceiros bracarense foram avaliadas, revelando uma prática assistencial pouco conhecida na historiografia atual.

**Palavras-chave:** Ordens Terceiras; Viajantes; Assistência; Peregrinações.

**Abstract:** During the 18th century many people came to Braga as travellers or pilgrims. In this town they found several institutions, some of which helped the travellers materially and spiritually, such as the Third Order of Saint Francis. Based on this Order's records, it was possible to draw a profile of those who sought out the secular order for help. At the same time, this information allowed us to analyze, from a quantitative and qualitative perspective, some relevant characteristics of travellers in northern Portugal during that period. Besides the specifics of those whom the brothers assisted, this paper also evaluates the management of this activity, that of the distribution of alms, by the secular Franciscans of Braga, revealing a welfare practice that is practically unknown in current historiography.

**Keywords:** Third Orders; Travellers; Welfare; Pilgrimages.

## INTRODUÇÃO

Diferentes motivos poderiam animar as pessoas a saírem de suas moradias rumo aos locais de devoção. Entre os peregrinos, durante o período moderno, destacava-se o de pedir proteção e auxílio para aplacar as dificuldades do cotidiano. Igualmente significativos eram os pagamentos de promessas, devido a doenças. Para além das razões diversificadas que estimulavam o ato de peregrinar<sup>1</sup>, importa salientar as vicissitudes envolvidas nessa atividade que incluía o imprevisto e o diverso. Os caminhos e as estradas poderiam ocultar perigos e dificuldades, destacando-se os assaltos ou o aparecimento de doenças, muitas vezes provocadas pela fome e cansaço<sup>2</sup>.

---

\* Este texto foi elaborado segundo as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

\*\* Doutora em História e investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». O seu campo de investigação versa sobre a História Social e Religiosa no Período Moderno, com ênfase em Portugal e na América portuguesa. Apresentou e publicou diversos trabalhos sobre a configuração social e as práticas religiosas e assistenciais nas Ordens Terceiras franciscanas do Império português.

**1** Um perdão real, determinando o final de um degredo, poderia justificar uma peregrinação, tal como fez Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, em 1640. Cf. OLIVEIRA, 1997: 487-505.

**2** MORENO, 1986: 84-85; MARQUES, 1997: 98.

Para apoiar os viajantes nos caminhos encontravam-se variadas instituições, as quais proviam assistência àqueles que viajavam, tais como os hospitais criados exclusivamente para atender os peregrinos<sup>3</sup>. Os conventos e os mosteiros também proporcionavam asilo e alimentação aos viajantes, desempenhando um papel crucial nessa atividade desde a Idade Média<sup>4</sup>. Durante o período moderno, além dessas instituições, encontravam-se as Santas Casas da Misericórdia<sup>5</sup>.

De facto, estas instituições também atendiam peregrinos, destacando aqueles que seguiam para Santiago de Compostela. Nas Misericórdias os viajantes recebiam assistência hospitalar, sendo possível, após este atendimento, solicitar uma «carta de guia»<sup>6</sup>. Este documento atestava a pobreza do viajante e garantia-lhe o auxílio em instituições congêneres. Para a obtenção da «carta de guia», o interessado deveria elaborar uma petição dirigida à instituição na qual expunha a sua condição e necessidade<sup>7</sup>. A assistência e os valores disponibilizados aos viajantes variavam consoante o tipo de solicitação, podendo inclusive ser fornecido o transporte aos solicitantes. Em Ponte da Barca, por exemplo, a esmola para o pagamento de uma cavalgadura até a vila dos Arcos de Valdevez custava 120 réis à Santa Casa<sup>8</sup>.

Em Braga, a Misericórdia atendia viajantes e peregrinos distribuindo a cada solicitante, em média, 20 réis<sup>9</sup>. O auxílio prestado aos viajantes pela Santa Casa, em Braga, merece destaque, pois a presença de peregrinos que seguiam em direção a Santiago de Compostela era bastante comum entre os bracarenses<sup>10</sup>. A cidade, desde o período medieval, fazia parte dos trajetos que ligavam Portugal à Espanha, utilizados pelos devotos tanto portugueses quanto estrangeiros<sup>11</sup>. Não era apenas a localização geográfica que favorecia a presença de peregrinos e viajantes em Braga, pois a cidade possuía importantes centros de devoção e diversas instituições religiosas, os quais atraíam os peregrinos em busca de alento espiritual ou auxílio material, durante sua jornada<sup>12</sup>. Entre os variados templos da cidade, a igreja da Sé constituía-se num «ponto de passagem obrigatório dos romeiros»<sup>13</sup>.

## A ORDEM TERCEIA DE SÃO FRANCISCO DE BRAGA E OS IRMÃOS «PASSAGEIROS»

A centralidade de Braga no Norte de Portugal e a valorização dos seus centros devocionais estimulavam, assim, a afluência de viajantes, que encontravam instituições, como a Santa Casa da Misericórdia, com eventual disponibilidade para os assistir. Neste contexto,

---

**3** SÁENZ TERREROS, 1986: 418.

**4** BLAZQUEZ, 1998: 115; MARQUES, 1991: 17-22.

**5** LOPES, 2009: 49-66.

**6** ARAÚJO, 1997: 128.

**7** PEREIRA, 2008: 263-264; ARAÚJO, 2003: 32-33;

**8** PEREIRA, 2008: 264.

**9** CASTRO, 2006: 108-114.

**10** PENTEADO, 2000: 358.

**11** MORENO, 1986: 77-89.

**12** MARQUES, 2006: 243-262.

**13** OLIVEIRA, 1997: 500.

o estudo aqui desenvolvido propõe-se analisar o papel assistencial protagonizado pela Ordem Terceira de São Francisco de Braga.

A pesquisa realizada no arquivo desta Ordem Terceira revelou o pagamento de esmolas a viajantes e peregrinos desde 1720 até, pelo menos, 1816<sup>14</sup>. Com efeito, entre os registros contábeis elaborados pela associação secular, em meio às despesas efetuadas, localizam-se informações sobre a distribuição constante de esmolas àqueles viajantes. Estes são denominados irmãos «passageiros».

Os dados sobre a doação de esmolas facultadas pelos livros financeiros da instituição mostram-se, no entanto, em sua maioria, lacônicos. A falta de precisão nos apontamentos não permite, pois, identificar com fiabilidade a origem de todos os viajantes que receberam auxílio<sup>15</sup>. A documentação indica fundamentalmente a quantidade e o valor das esmolas distribuídas, sendo possível, pelo menos, apurar o número total de viajantes que solicitaram o auxílio no decorrer do período.

A partir desses elementos é possível, então, começar a analisar a expressividade dessa prática assistencial entre os irmãos terceiros de Braga e tentar reconstituir as relações dessas instituições com o contexto no qual funcionavam. Perspectiva tanto mais interessante quanto os estudos elaborados sobre as Ordens Terceiras franciscanas, tanto em Portugal quanto no Brasil, até a atualidade, não revelarem entre as práticas assistenciais promovidas por essas associações o auxílio a viajantes<sup>16</sup>. O que sugere, adiantamos como hipótese, a existência de eventuais diferenciações nas atividades assistenciais desenvolvidas pelas ordens seculares franciscanas, pois parecem variar de acordo com a realidade circundante. Este trabalho visa, assim, analisar um aspecto ainda pouco explorado na historiografia dedicada aos estudos das Ordens Terceiras franciscanas ou às práticas de assistência no período moderno, a saber: a relação com os irmãos «passageiros»<sup>17</sup>.

Além dos livros dedicados às finanças do sodalício<sup>18</sup>, para analisar a distribuição de esmolas aos viajantes foram utilizados textos normativos tanto de caráter geral, ou seja, as disposições normativas redigidas para a globalidade das Ordens Terceiras franciscanas em Portugal<sup>19</sup>, quanto os estatutos elaborados pelos irmãos seculares de Braga<sup>20</sup>.

## A «PATENTE» DO VIAJANTE E A SELEÇÃO ASSISTENCIAL

Importa começar por salientar que a distribuição de esmolas para os viajantes, realizada pela Ordem Terceira bracarense, não decorria indiscriminadamente, sendo necessária a apresentação da «patente» pelo solicitante antes de receber o auxílio.

**14** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*.

**15** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760; Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787; Livro de Recibo do Sindico da Ordem Terceira 1801-1820*.

**16** ARAÚJO, 2004: 47-60; BARREIRA, 2002: 100-101; MARTINS, 2001: 169-221; ARAÚJO, 2000: 350; EIRAS, 1980: 21-35.

**17** MORAES, 2010a: 187-195.

**18** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760; Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787; Livro de Recibo do Sindico da Ordem Terceira 1801-1820*.

**19** SÃO LUIS & MONTE OLIVETE, 1669; SÃO FRANCISCO, 1684.

**20** AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742*.

No universo das Ordens Terceiras franciscanas, independentemente da sua localização, os textos normativos gerais para as agremiações seculares e as determinações estatutárias de cada instituição prescreviam a confecção da «patente»<sup>21</sup>. A «patente» comprovava a ligação de homens e mulheres à Ordem Terceira franciscana. Entregue no momento da filiação na instituição, após a profissão, esse documento indicava fundamentalmente o local e a data de associação à ordem secular e os dirigentes da instituição naquele momento<sup>22</sup>. Recomendava-se que levassem «sempre consigo esta Patente os irmãos, para onde quer que forem, para que conste na terra onde chegarem, que sam Terceiros e sejam admitidos como taes aos exercicios e sufragios da Ordem nas ditas terras»<sup>23</sup>.

A identificação proporcionada pela «patente», tal como por uma «carta de guia», disponibilizada pelas Misericórdias, denotava aos viajantes maior segurança na sua jornada, tanto no âmbito espiritual quanto material. Estes documentos comprovativos da condição do viajante ou peregrino configuravam-se num elemento essencial, pois a desconfiança fazia parte do cotidiano das populações de antanho.

A pobreza generalizada aliada ao temor aos mendigos e vagabundos incentivava, portanto, a criação de estratégias por parte das instituições para reconhecer aqueles que mereciam apoio. É que, refira-se, a inevitabilidade ou a eventual encenação da pobreza<sup>24</sup> pressionava, pela extensão do fenómeno, a própria capacidade financeira das instituições<sup>25</sup>.

A precariedade econômica justificava o temor a mendigos e vagabundos. Estes vagavam pelos núcleos urbanos, sendo considerados «pobres voluntários, sem auréola de santidade»<sup>26</sup>. Detentores de pecados, vícios e outras características desvalorizadas, tornavam-se pobres que não mereciam auxílio ou a assistência tanto de particulares quanto de instituições. Neste sentido, as associações leigas ou religiosas escolhiam cautelosamente os seus beneficiados, fazendo parte do cotidiano das mais diversas instituições a seleção dos receptores da assistência. A prestação de auxílio decorria mediante uma avaliação dos solicitantes, sendo utilizados critérios relacionados aos distintos serviços prestados pelas associações<sup>27</sup>.

---

**21** SÃO FRANCISCO, 1684: 550. AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742*, fls. 8-9; *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Xabregas*. Lisboa: Oficina Silviana e da Academia Real, 1742, p. 26; *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do nosso serafico padre São Francisco da cidade*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787, p. 9.

**22** A entrada nas Ordens Terceiras franciscanas constituía-se num processo complexo marcado pelo noviciado e profissão. O noviciado se configurava num período de um ano, no qual o candidato a irmão terceiro aprendia as disposições normativas da Ordem, acompanhava as cerimônias religiosas e demonstrava a sua obediência aos dirigentes da instituição. A profissão marcava a entrada definitiva do noviço na Ordem Terceira e decorria num evento de grande valor simbólico no qual o professo jurava diante da comunidade secular a sua disposição em viver de acordo com as premissas religiosas e em obedecer a hierarquia administrativa do sodalício. A respeito do noviciado e da profissão nas Ordens Terceiras franciscanas consultar SÃO LUIS & MONTE OLIVETE, 1669: 77; MORAES, 2010b: 215-223.

**23** SÃO FRANCISCO, 1684: 550.

**24** ARAÚJO, 2003: 19-20; WOOLF, 1989: 35.

**25** ARAÚJO, 2003: 13, 17, 19; SÁ, 2002: 315.

**26** XAVIER, 1999: 71.

**27** SÁ, 2000: 140.

Durante o século XVII, no caminho de Santiago, por exemplo, a presença constante de falsos peregrinos atraídos pelas múltiplas oportunidades de usufruir dos benefícios prestados pelas organizações, no decorrer do trajeto, incentivou a criação de métodos mais rigorosos para a seleção dos beneficiados. Ladrões, mendigos ou foragidos encontravam, nos caminhos jacobeus, oportunidades de sobrevivência e auxílio, o que provocou inclusive a queda do prestígio da peregrinação a Santiago, evidenciado pela literatura espanhola da época<sup>28</sup>.

Diferentes métodos faziam parte da identificação dos viajantes. Em Zaragoza, por exemplo, os peregrinos deveriam adquirir um atestado comprovando a sua situação. Este documento lhes permitia obter atendimento hospitalar e esmolas, nos séculos XVIII e XIX<sup>29</sup>. Em França, durante o século XVIII, aquele que desejasse seguir até Santiago de Compostela deveria primeiramente solicitar uma identificação ao pároco da sua residência para fazer a viagem, explicitando os motivos para a sua deslocação. No seu retorno estava obrigado a entregar, ao mesmo pároco, a «compostela» para atestar a sua peregrinação<sup>30</sup>. A «compostela» era um documento elaborado pelo cabido da catedral de Santiago que confirmava a chegada do fiel à cidade e garantia ao peregrino acesso à assistência no seu retorno para casa.

Possuir identificação confirmando as razões do deslocamento e a ligação a instituições permitia ao viajante obter auxílio nos mais variados locais. Nesse sentido, a posse da «patente» pelos irmãos terceiros franciscanos que se encontravam em trânsito configurava-se numa mais valia excepcional, pois com este documento atestavam a sua condição de católicos, através da sua ligação a uma instituição religiosa vinculada à Ordem mendicante. Também afastavam as suspeitas de vagabundagem ou mendicância, pois provavam pertencer a uma instituição que requeria de seus membros capacidade financeira e boa conduta moral.

Em Braga, após provar pertencer à comunidade de irmãos seculares franciscanos, usando para isso a «patente», o ministro (principal responsável da Mesa Administrativa) autorizava a entrega de uma esmola ao viajante. Este valor, entregue aos irmãos terceiros pela associação bracarense alterou-se no decorrer do tempo. Mas, a partir de 1742, foi fixado em 50 réis<sup>31</sup>.

Os textos normativos gerais e particulares, produzidos por distintas Ordens seculares de São Francisco, em Portugal, não relatam essa prática de dar esmola aos viajantes<sup>32</sup>. Sem resultados assentes na análise sistemática das práticas assistenciais a viajantes, para poder comparar, cabe apenas, de momento, reforçar a necessidade de estudar em detalhe

---

**28** SINGUL, 1999: 245.

**29** ESPARZA URROZ, 2002: 94.

**30** SINGUL, 1999: 74, 244-245; DENIS & MILLOT, 2004: 20.

**31** AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742*, fls. 36, 89.

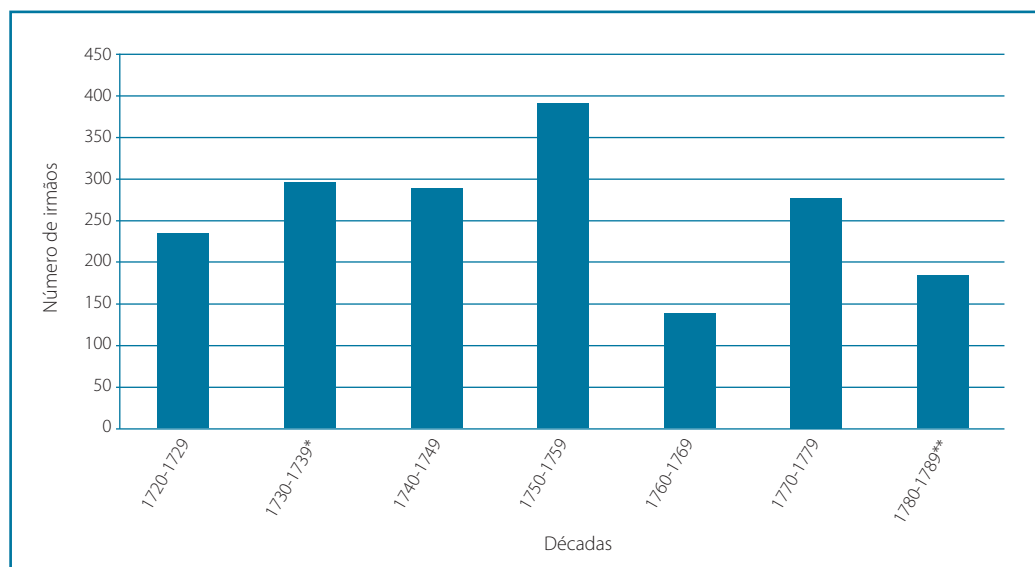
**32** AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742; Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Xabregas*. Lisboa: Oficina Silviana e da Academia Real, 1742; *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do nosso serafico padre São Francisco da cidade*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787; *Estatutos e Regra da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares Vivas, 1751.

estas instituições de forma a estruturar com clareza a especificidade dos diversos contextos de acção<sup>33</sup>. Os resultados que apresentaremos em seguida, não podem, assim, ser generalizados, como reflexo (ou não) de uma prática comum em Portugal.

## AS ESMOLAS AOS IRMÃOS TERCEIROS «PASSAGEIROS»

Romeiro e peregrino foram as palavras encontrados no rol de contas para designar esses viajantes. Entre 1720 e 1786, a Ordem Terceira de São Francisco de Braga distribuiu esmolas a 1805 viajantes. Os livros de despesa dos síndicos, apesar dos lapsos temporais devido ao extravio de documentação, permitiram calcular com alguma fiabilidade a distribuição dessas esmolas entre 1720-1786.

**Gráfico 1:** Número de irmãos terceiros atendidos com esmolas pela Ordem Terceira de São Francisco de Braga (século XVIII)



Fonte: AOTB – Livro da despesa do síndico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760; Livro da despesa do síndico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787.

\* Nos anos de 1731 e 1733, não foram discriminados os gastos, constando somente os valores sem indicações ao que foi pago.

\*\* O número corresponde somente ao intervalo de 1780-1786, pois não há livros de despesa dos síndicos para os últimos anos do século XVIII.

Apesar de atender um número significativo de irmãos terceiros franciscanos, durante todo o século XVIII, foi durante a década de 50 que os pedidos tornaram-se mais expressivos. Em 1751, registam-se 85 esmolas, e no ano de 1755 são 80, atingindo-se

**33** Apesar dos estudos dedicados as Ordens Terceiras franciscanas, tanto em Portugal quanto no Brasil, não tenham evidenciado a distribuição de esmolas a viajantes e peregrinos, convém ressaltar a existência de bibliografia que analisa a execução dessa tarefa entre os irmãos seculares espanhóis. Algumas Ordens Terceiras de São Francisco, em Espanha, forneciam auxílio aos viajantes, tal como seculares de Braga. Portanto, entre os espanhóis a «patente», comprovando a filiação a uma instituição secular franciscana também permitia ao viajante obter assistência. Em Santiago de Compostela ou Padrón, por exemplo, parte dos rendimentos das associações seculares franciscanas destinava-se a auxiliar os irmãos terceiros oriundos de outras ordens seculares que estavam viajando. Cf. REY CASTELAO, 1998: 35; GONZÁLEZ LOPO, 2005: 582.

assim o patamar mais elevado<sup>34</sup>. A relação deste patamar provavelmente relaciona-se com o Terramoto de Lisboa de 1755.

A quase total ausência de características, tanto sociais quanto da naturalidade, dos viajantes, não permite, como já referimos, fixar e aprofundar os motivos ou a origem da maioria dos assistidos, dificultando a interpretação dos ritmos de evolução de viajantes.

Nas anotações financeiras do sodalício, em alguns momentos, foi expressa a origem dos viajantes. Essas informações, contudo, foram elaboradas sem rigor, sendo mencionados indistintamente reinos, cidades ou vilas. Deste modo, entre aqueles que receberam esmolas da Ordem Terceira bracarense encontravam-se pessoas oriundas da Alemanha, Itália, Espanha, Polónia e França<sup>35</sup>. Em outros registros foram especificados núcleos populacionais como Barcelona, Roma, Madrid, Nápoles, Sevilha, Murcia<sup>36</sup>.

Não foram somente os viajantes estrangeiros auxiliados pela Ordem Terceira de Braga. Portugueses também solicitaram esmolas como viajantes ou peregrinos à instituição, refletindo a difusão das ordens seculares franciscanas e a mobilidade no interior do reino. A formação de novas Ordens seculares franciscanas, a partir de 1650, terá proporcionado o crescimento do número de irmãos terceiros em Portugal<sup>37</sup>. Paralelamente, o reforço do sentido penitencial característico das peregrinações, a partir do século XVII, adapta-se perfeitamente à vivência religiosa dos irmãos terceiros, pautada fundamentalmente nas variadas práticas sacramentais<sup>38</sup>. No que diz respeito à geografia de origem dos assistidos, Évora, Setúbal, Guimarães, Porto, Lisboa, Estremoz, Torres Vedras e Almeida foram algumas das localidades referidas<sup>39</sup>.

Em alguns anos, os registros foram realizados com maior cautela e indicam a origem de todos os viajantes que receberam esmolas. Isso ocorreu em 1725, quando alguns viajantes que traziam a «patente» receberam a esmola destinada aos «irmãos passageiros». Foram atendidas naquele ano 29 pessoas, sendo que 20 residiam além das fronteiras de Portugal. Os irmãos terceiros de Portugal, auxiliados pela ordem secular de Braga, eram originários de Évora, Aveiro, Tomar, Vila Real e Lisboa, revelando a variedade nos pontos de partida, os quais englobavam tanto o Norte quanto o Sul de Portugal. Quanto aos estrangeiros foram registradas 15 pessoas originárias da Catalunha, Galiza, Andaluzia, Castela e dos núcleos urbanos de Murcia, Barcelona, Sevilha e Zaragoza. Roma, Milão, Florença e o «Reino de Sabóia» foram outras das origens apontadas por cinco viajantes<sup>40</sup>. Apesar da pequena representatividade desses dados, não deixa de ser importante salientar a presença maciça de estrangeiros solicitando esmolas à Ordem Terceira bracarense.

**34** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 144v-194v.

**35** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 36v., 116, 133v., 148, 165.

**36** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 34v., 107v., 133v., 134v., 136v.

**37** RÊGO & JESUS & AMORIM, 2005: 111-133.

**38** PENTEADO, 2000: 349.

**39** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 134, 136v., 139, 141, 148.

**40** AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787*, fls. 31v.-36.

Além da proveniência, foi possível saber o gênero daqueles que receberam a esmola da Ordem Terceira bracarense. Em 1725, somente duas mulheres constaram entre os viajantes, sendo as duas assistidas juntamente aos seus maridos. Apesar da enorme presença das mulheres entre os receptores da assistência nas instituições da época<sup>41</sup>, no que se refere às esmolas entregues aos irmãos «passageiros», seu número parece ser bastante restrito. Normalmente acompanhadas de homens, na maioria dos casos de seus maridos, ou muito provavelmente outros familiares<sup>42</sup>, as informações disponibilizadas pela documentação sugerem, talvez, uma fraca participação feminina nesta modalidade de peregrinações ao longo da época moderna.

Como já foi referido, a presença de peregrinos que seguiam em direção a Santiago de Compostela mostrava-se recorrente entre os bracarenses<sup>43</sup>. Todavia, o movimento de pessoas em direção a Santiago de Compostela diminuiu consideravelmente no século XIX<sup>44</sup>. Esta tendência talvez justifique o favorecimento de somente dez irmãos «passageiros», entre 1801 e 1816, pela Ordem Terceira<sup>45</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui estudados mostram a prática, ao longo de mais de um século, de assistência aos viajantes por parte de uma Ordem Terceira franciscana. A posse da «patente», comprovando a filiação a ordem secular, poderia garantir o acolhimento nas localidades onde havia uma Ordem Terceira. Desse modo, os irmãos terceiros franciscanos participavam de uma comunidade mais ampla, a qual lhes propiciava vantagens nos momentos de viagens e peregrinações, lhes assegurando melhores condições financeiras durante o seu trajeto.

O forte impacto da peregrinação entre os bracarenses, comprovando a centralidade deste núcleo urbano nos caminhos jacobus portugueses, refletia-se obviamente nas suas instituições. Neste contexto, a Ordem Terceira franciscana de Braga sugere a existência de especificidades nas formas assistenciais realizadas pelas associações seculares franciscanas, nomeadamente no intuito de atender os que estavam de passagem.

Importará, no futuro, no quadro geral da investigação sobre este tema de assistência em viagem, alargar o espaço de observação, e abranger as instituições que, de forma complementar ou concorrencial, asseguravam as modalidades de acolhimento dos que viajavam, proporcionando-lhes esmolas e outro tipo de auxílio. As redes configuradas por este tipo de práticas, os esquemas de inter-conhecimento que se iam fixando no horizonte das vilas e cidades, os ritmos, os padrões e as motivações das próprias viagens, são outras tantas questões a merecer maior atenção por parte da historiografia.

---

41 ARAÚJO, 1997: 123.

42 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 29v.-30, 35.

43 PENTEADO, 2000: 358.

44 PENTEADO, 2000: 358.

45 AOTB – *Livro de Recibo do Sindico da Ordem Terceira 1801-1820*, fls. 46-46v., 60, 63v., 69v., 71.



## FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE BRAGA (AOTB)

*Livros da despesa do síndico da Ordem Terceira de Braga, 1710-1760, 1760-1787, 1801-1820.*

## FONTES IMPRESSAS

*Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742.*

*Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Xabregas.* Lisboa: Oficina Silvana e da Academia Real, 1742.

*Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do nosso serafico padre São Francisco da cidade.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787.

*Estatutos e Regra da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto.* Lisboa: Oficina de Manoel Soares Vivas, 1751.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, António de Souza (2000) – «Ordens Terceiras». In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (1997) – «Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do alto Minho». In *Diálogos*, vol. 9, n.º 2, p. 121-142.

\_\_\_\_ (2003) – *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

\_\_\_\_ (2004) – «Vestidos de cinzento: os irmãos terceiros franciscanos de Vila Viçosa, através dos Estatutos de 1686». *Revista de Cultura Callipole*, n.º 12, p. 47-60.

BARREIRA, Aníbal José de Barros (2002) – *A assistência hospitalar no Porto 1750-1850*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto.

BLAZQUEZ, Adrian (1998) – «L'Espagne de Jean Bonneze et de Jean-Pierre Racq». In BONNECAZE, Jean; RACQ – *Voyage de deux pelerins à Compostelle au XVIII siècle. Collection «pour mémoire»*. Pau: Cairn.

CASTRO, Maria de Fátima (2006) – *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

DENIS, Vincent; MILLOT, Vincent (2004) – *Police et identification dans la France des Lumières*. «Genèses», n.º 54, p. 4-27.

EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa (1980) – «A obra assistencial dos terceiros franciscanos portuenses». In *Actas do Colóquio «O Porto na Época Moderna»*, vol. III, p. 21-35. Porto: Centro de História da Universidade do Porto.

ESPARZA URROZ, José María (2002) – «Hospitalidad al peregrino dentro de La diócesis de Zaragoza entre los años de 1771 al 1807». In *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, n.º 76-77, p. 91-128.

GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. (2005) – «Balance y perspectivas de los estudios sobre la VOT franciscana en Galicia (siglos XVIII-XIX)». In *El franciscanismo en la Península Ibérica. I Congreso Internacional*, p. 567-584. Barcelona: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos.

LOPES, Maria Antónia (2009) – *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARQUES, José (1991) – «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, n.º 11, p. 9-22.

\_\_\_\_ (1997) – «Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, n.º 14, p. 91-121.

\_\_\_\_ (2006) – «Os santos dos caminhos portugueses». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. 7, p. 243-262.

- MARTINS, William de Souza (2001) – *Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MORAES, Juliana de Mello (2010a) – «As práticas assistenciais entre os irmãos seculares franciscanos nas duas margens do Atlântico (século XVIII)». In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra – *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, p. 185-196. Porto: CITCEM.
- \_\_\_\_ (2010b) – *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Tese de Doutorado. Braga: Universidade do Minho.
- MORENO, Humberto Baquero (1986) – «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média». In *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 3, p. 77-89.
- OLIVEIRA, Aurélio de Araújo (1997) – *Peregrinação em Portugal meados de seiscentos (Olhares e impressões das terras e das gentes)*, p. 487-505. Porto: [s.n.].
- PENTEADO, Pedro (2000) – *Peregrinações e Santuários*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, p. 346-359 Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Maria das Dores de Sousa (2008) – *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.
- RÊGO, Célia; JESUS, Elisabete; AMORIM, Inês (2005) – «Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual – os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco do Porto – espiritualidade e sociabilidade (1633-1720; 1699-1730)». In *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*, p. 111-133. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.
- REY CASTELAO, Ofélia (1998) – «La Orden Tercera franciscana en el contexto del asociacionismo religioso gallego del Antiguo Regimen. La V.O.T. de la villa de Padrón». In *Archivo Ibero-Americano*, n.º 58, p. 3-48.
- RIBEIRO, Bartolomeu (1952) – *Os terceiros franciscanos portugueses. Sete séculos da sua história*. Braga: Tipografia Missões Franciscanas.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2000) – «Assistência». In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, p. 140-148. Lisboa: Círculo de Leitores.
- \_\_\_\_ (2002) – «Estatuto social e discriminação: formas de seleção e de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime». In LEANDRO, Maria Engrácia; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; COSTA, Manuel da Silva (org.) – *Saúde: as teias da discriminação social. Actas do Colóquio Internacional «Saúde e discriminação social»*, p. 303-334. Braga: ICS Uminho.
- SÁENZ TERREROS, Victoria (1986) – «El hospital de peregrinos y La cofradia de Santo Domingo de La Calzada hasta La crisis del Antiguo Regimen (s. XI-XVIII)». In *Actas Segundo Coloquio sobre Historia de La Rioja*, vol. 1, p. 409-419.
- SÃO FRANCISCO, Luís de (1684) – *Que contem tudo o que toca a origem, regra, estatutos, cerimonia, privilégios, progressos da sagrada Ordem Terceira de nosso seraphico padre São Francisco*. Lisboa: Oficina Miguel Deslandes.
- SÃO LUIS, António de; MONTE OLIVETE, Manoel do (1669) – *Regra dos Irmãos Terceiros da Sancta, & veneravel Ordem Terceira da Penitencia, que instituhio o Seraphico P. S. Francisco & decisoes e resoluçoens de algus duvidas, sobre o estado da mesma Ordem Terceira*. Lisboa: Oficina de João da Costa.
- SINGUL, Francisco (1999) – *Historia Cultural do Camiño de Santiago*. Vigo: Editorial Galaxia.
- WOOLF, Stuart (1989) – *Los pobres en la Europa*. Barcelona: Editora Cútica.
- XAVIER, Ângela Barreto (1999) – «Amores e desamores pelos pobres: imagens, afectos e atitudes (sécs. XVI e XVII)». In *Lusitania Sacra*, tomo XI, p. 59-85.